“IV – usuário externo: qualquer pessoa física ou jurídica que tenha acesso, de forma autorizada, a informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA, inclusive a previamente habilitada no Sistema e-Jurisdicionado, em conformidade com as disposições contidas no Capítulo III “DO ACESSO”, da Resolução nº 18.974, de 7 de dezembro de 2017, e que não seja caracterizada como usuário interno, do MPC ou colaborador;

XIII – Portal do Jurisdicionado e-TCE: ambiente virtual vinculado ao Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE) por meio do qual os usuários externos devem acessar os processos aos quais estejam vinculados, realizar consultas, enviar manifestações, requerimentos, documentos, receber e responder às comunicações processuais que lhes forem destinadas.”

Art. 2º O caput do art. 3º da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE) contempla, entre outras, as seguintes funcionalidades:”

Art. 3º O inciso II do art. 5º da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Para usuário externo: prévio credenciamento no Portal do Jurisdicionado e-TCE.”

Art. 4º O § 1º do art. 5º da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O credenciamento de que trata o inciso II deste artigo é ato pessoal, intransferível e indelegável e dar-se-á pela identificação por meio de certificado digital ou mediante cadastro de usuário e senha, em ambas as hipóteses com preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no primeiro acesso ao Portal do Jurisdicionado e-TCE, mediante liberação de acesso pela Secretaria Geral (Sege), após conferência do cumprimento dos requisitos necessários ao credenciamento;”

Art. 5º Ficam acrescidos ao art. 5º da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, os §§ 1º-A, 1º-B, 1º-C, 2º-A, 2º-B, 2º-C, 2º-D e §2º-E, com a seguinte redação:

“§ 1º-A. Os usuários previamente habilitados no Sistema e-Jurisdicionado, nos termos no art. 11 da Resolução nº 18.974, de 7 de dezembro de 2017, desde que observados os procedimentos de credenciamento dispostos no parágrafo anterior, estarão credenciados para acesso ao Portal do Jurisdicionado e-TCE.

§1º-B. O formulário eletrônico relativo ao credenciamento conterà, no mínimo, a coleta das seguintes informações:

a) Informações pessoais do usuário: nome completo, número do Registro Geral – RG com a informação do respectivo órgão expedidor, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, data de nascimento, sexo, telefone e endereço de e-mail;

b) Endereço de Residência: CEP, logradouro, número, complemento, município e unidade da Federação;

c) Caso o credenciamento se dê por representante legal de pessoa jurídica: Informações Cadastrais da Pessoa Jurídica: razão social, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e endereço da sede ou filial da sociedade empresária em que recebe correspondências;

d) Anexação de arquivos: Documento de Identificação com foto, em que conste o RG e o CPF/MF; Comprovante de Endereço, e; confirmação da identidade, sendo permitido o upload de selfie com o documento de identificação ou outro meio de autenticação.

§1º-C. As instruções relacionadas ao upload de documentos para o credenciamento constarão no respectivo formulário eletrônico.

§2º-A. É de responsabilidade do usuário manter atualizados todos os dados informados em seu cadastro, bem como indicar endereço de e-mail válido, para o envio da correspondência eletrônica que alude o § 4º, do art. 24 desta Resolução e das demais informações automáticas geradas pelo Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE).

§2º-B. A Secretaria Geral (Sege) poderá, a qualquer tempo, realizar ações de atualização de base cadastral de caráter individual ou coletiva, mediante comunicação eletrônica quando do acesso ao Portal do Jurisdicionado e-TCE ou mediante envio de correspondência direcionada ao endereço físico ou de e-mail constantes no cadastro do usuário, exigindo, a seu critério, o envio dos documentos comprobatórios das informações por ele prestadas.

§2º-C. Sem prejuízo à regular tramitação de processos e à contagem dos prazos processuais, a Secretaria Geral (Sege) poderá exigir a atualização cadastral referida nos §§ 2º-A e 2º-B, como etapa prévia e condicional de acesso ao Portal do Jurisdicionado e-TCE, mediante preenchimento de formulário eletrônico específico.

§2º-D. O acesso ao Portal do Jurisdicionado e-TCE pelo usuário externo, sem que haja solicitação expressa de alteração em seus dados cadastrais, importará na validação tácita de todas as informações anteriormente fornecidas ao Tribunal.

§2º-E. O Termo de Adesão ao Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE) fará constar advertência de que a omissão de informações pelo usuário, assim como a declaração falsa ou incompleta dos dados exigidos para o credenciamento que, de qualquer forma, prejudique a tramitação regular dos processos sob a jurisdição deste Tribunal, importará na apuração de responsabilidade no âmbito penal, civil e administrativo, na forma da legislação em vigor.”

Art. 6º Os §§ 1º, 3º e 4º do art. 24 da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. As comunicações realizadas por meio eletrônico serão disponibilizadas no Portal do Jurisdicionado e-TCE e consideradas entregues no dia em que forem acessadas pelo destinatário, mediante registro automático nos autos do processo do qual se originam, em termo próprio, realizado pelo Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE).

§3º. O acesso à comunicação deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos a partir de sua disponibilização, sob pena de considerar-se a comunicação automaticamente entregue na data do término deste prazo, mediante registro automático nos autos do processo do qual se originam, em termo

próprio, realizado pelo Sistema de Processo Eletrônico (e-TCE).§4º. Em caráter informativo, juntamente com a disponibilização da comunicação no Portal do Jurisdicionado e-TCE, será encaminhada correspondência eletrônica ao e-mail/telefone constante no cadastro do usuário, podendo utilizar SMS, aplicativos de mensagens instantâneas ou outros meios de contato fornecidos pelo usuário, informando sobre a disponibilização de comunicação processual, constando a advertência acerca da possibilidade de fluência automática do prazo de resposta referida no parágrafo anterior.”

Art. 7º Fica acrescido ao art. 24 da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, o § 6º com a seguinte redação:

“§ 6º. Aos usuários externos previamente credenciados na forma do art. 5º desta Resolução, que tenham utilizado os serviços do Portal do Jurisdicionado e-TCE relacionados a processo específico, nele receberão as comunicações processuais, para qualquer finalidade, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma.”

Art. 8º Fica acrescido ao art. 14 da Resolução 19.205, de 11 de agosto de 2020, o § 4º com a seguinte redação:

“§ 4º. Os documentos físicos relacionados aos processos digitalizados pertencentes às classes especificadas nos incisos II, VII, IX, XI, XII, XV e XVI, todos do art. 50, do Regimento Interno do TCE-PA, com decisão transitada em julgado, desde que não tenham aplicação de multas e/ou débitos pelo Tribunal Pleno, poderão ser imediatamente fragmentados.”

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em Sessão Ordinária de 15 de fevereiro de 2024.

RESOLUÇÃO Nº 19.205 (*)

(Processo nº 2020/51278-1)

(com as alterações da Resolução nº 19.602, de 15/02/2024)

Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Processo Eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA.

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 081, de 26 de abril de 2012, que autoriza o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA a desenvolver sistema eletrônico de processos de matéria de sua competência;

Considerando que o art. 289, do Regimento Interno (Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012) permite ao TCE-PA disciplinar o processo eletrônico, bem como a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos;

Considerando que, nos termos do art. 943, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), os acórdãos, votos e demais atos processuais podem ser registrados em arquivo eletrônico inviolável e assinados eletronicamente;

Considerando que os documentos em meio eletrônico produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 219 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

Considerando que é dever desta Corte de Contas criar mecanismos que facilitem o acesso da sociedade aos serviços prestados pelo TCE-PA e aprimorar o atendimento oferecido aos cidadãos;

Considerando a necessidade de promover maior agilidade, segurança, eficiência, economia e transparência nas ações do TCE-PA, o que pode ser alcançado com a implantação e o desenvolvimento da virtualização dos trâmites processuais;

Considerando a necessidade de regulamentar a utilização de serviços eletrônicos prestados pelo TCE-PA;

Considerando a Ação 6 do Plano de Gestão Complementar 2019- 2021, que trata da Implantação do Processo Eletrônico no âmbito desta Corte de Contas;

Considerando, finalmente, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº 5.736, desta data.

RESOLVE, unanimemente:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O funcionamento do Processo Eletrônico (e-TCE) obedece ao disposto nesta Resolução, observada a legislação vigente.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I – usuário interno: membro ou servidor ativo do Tribunal que tenha acesso, de forma autorizada, a informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA;

II – usuário do MPC: membro ou servidor ativo do Ministério Público de Contas (MPC-PA) que tenha acesso, de forma autorizada, a informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA;

III – usuário colaborador: prestador de serviço terceirizado, estagiário ou qualquer outro colaborador do Tribunal que tenha acesso, de forma autorizada conforme previsão do art. 5º desta Resolução, a informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA;

IV – usuário externo: qualquer pessoa física ou jurídica que tenha acesso, de forma autorizada, a informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA, inclusive a previamente habilitada no Sistema e-Jurisdicionado, em conformidade com as disposições contidas no Capítulo III “DO ACESSO”, da Resolução nº 18.974, de 7 de dezembro de 2017, e que não seja caracterizada como usuário interno, do MPC ou colaborador;

V – documento eletrônico: documento armazenado sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de digitalização;